

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP)

LABORATÓRIO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO (LASTRO)

Centro de Comunicação e Expressão (CCE)

Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR)

Projeto de pesquisa

Perfil do Jornalista Brasileiro 2021

Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho

Prof. Dr. Jacques Mick – PPGSP e PPGJOR/UFSC

Prof. Dr. Rogério Christofolletti – PPGJOR/UFSC

Prof. Dr. Samuel Pantoja Lima – PPGJOR/UFSC (Coord.)

Comitê de Pesquisa RETIJ/SBPJor: Edgard Patrício (PráxisJor/UFC Nordeste), Guto Moliani (CPCT/ECA-USP Sul), Marluce Zacariotti (UFT Norte), Fabio Pereira (FAC/UnB Centro-Oeste) e Janaina Visibeli (CPCT/ECA-USP Sudeste).

Florianópolis, novembro de 2020.

1. Apresentação e Justificativa

Há sete anos, lançamos “Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012” (MICK e LIMA, 2013), com os dados resultantes de pesquisa que preencheu uma lacuna no campo de conhecimento do jornalismo no país. Até aquele momento, estimar o tamanho da categoria profissional e evidenciar as características gerais dos jornalistas brasileiros era quase adivinhação. De lá para cá, na ausência de conselho, ordem ou outro órgão de autorregulação e monitoramento da atividade profissional, as dificuldades para acompanhar as mutações na categoria persistem. O cenário do jornalismo profissional ficou sensivelmente mais complexo, tanto nas empresas de mídia tradicional como nas nascentes organizações e novos arranjos independentes (online), seja pelo fenômeno da precarização do trabalho, quanto pelo advento das organizações do chamado jornalismo independente, bem como a consolidação dos espaços de trabalho fora da mídia. Permanece atual o que escrevemos há quase uma década:

Poucas profissões sofreram tantas metamorfoses, nos últimos vinte anos, quanto a dos jornalistas brasileiros. Transformações estruturais do capitalismo combinaram-se à política de expansão do ensino superior, à redemocratização do país e a mudanças na regulamentação profissional e produziram um ambiente em que se reconfiguraram por inteiro as possibilidades de atuação dos jornalistas. Como resultados, as dimensões da categoria se expandiram exponencialmente, diversificaram-se as áreas de atuação desses profissionais e alteraram-se competências e habilidades deles demandadas (MICK e LIMA, 2013, p. 15).

Dito de outro modo, em sentido convergente, resgatamos o que escreveram os pesquisadores canadenses que investigaram a natureza e transformação do jornalismo, a partir do começo dos anos 2000:

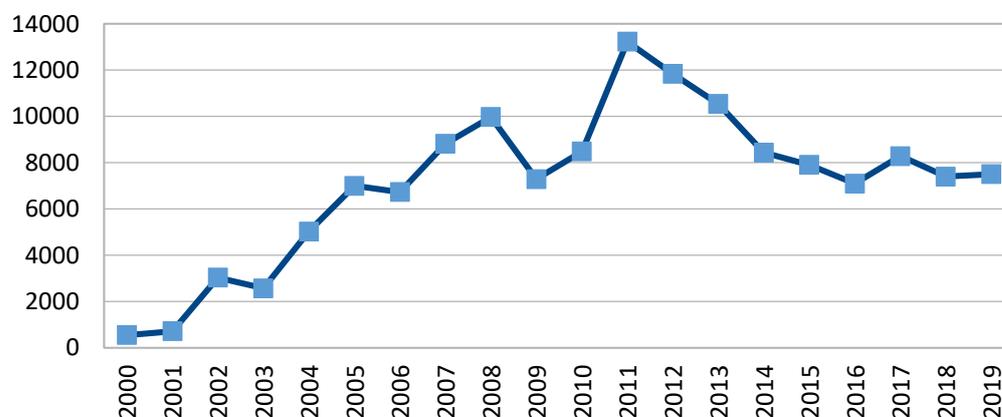
O paradigma jornalístico evolui mais ou menos lentamente, mas mantém uma certa coerência interna que o torna reconhecível para aqueles cuja prática discursiva ele governa ou para aqueles que estudam sua produção. Entretanto, certos elementos de uma configuração relativamente estável podem, em certas épocas, sofrer mutações que acarretam, por sua vez, a adaptação generalizada dos outros elementos e, com o tempo, a metamorfose de toda a configuração (CHARRON e BONVILLE, 2016, p 103).

O desafio de estimar o número nacional de profissionais em atuação permanece idêntico. De início, parte-se do mesmo tipo de dado usado na pesquisa de 2012, que é o quantitativo geral de registros profissionais concedidos pelo Estado, via o antigo ministério do Emprego e Trabalho (MTE) – hoje diluído no superministério da Economia. Um dos passos iniciais deste projeto de pesquisa foi apurar os dados relativos aos últimos 20 anos, para

observar alguma flutuação preliminar no número anual de registros. Tais dados foram obtidos via a antiga Superintendência Regional do Trabalho em Santa Catarina, em contato com a Coordenação de Identificação e Registro Profissional (CIRP/CGCIPE), órgão hoje vinculado ao ministério da Economia. O CIRP nos repassou os dados de registros profissionais de jornalistas (em suas diferentes funções), concedidos a partir de 1969 – ou seja, nos últimos 50 anos.

Em síntese, considerando os dados de registros a partir de 2000¹, destacamos: a) foram concedidos 142.424 registros em duas décadas; b) verifica-se uma ascensão contínua no número de registros até 2011, quando chegou-se ao pico de 13.230 num só ano; c) desde então, a tendência foi de queda até 2014, estabilizando-se no patamar médio de 7.500 registros por ano. Em 2000, registravam-se apenas 500 jornalistas por ano; em cinco anos, chegou-se a 5.000; uma década depois, a 10.000. Portanto, verifica-se uma expansão brutal no número de profissionais, em pouco tempo (**Gráfico 1**).

Gráfico 1 – Registros Profissionais de Jornalista Concedidos pelo Ministério do Trabalho (2000/2019)



Tal resultado pode ser atribuído aos efeitos da digitalização dos registros e estatísticas do Ministério, implantada no início do século (seria preciso conferir se todos os registros em papel pelas superintendências regionais de fato foram convertidos em anotação digital). Ainda que haja distorções, o desenho é relevante². Para além dos números do Ministério, contudo, ainda é um desafio estimar o universo da categoria, condição para se poder pensar a estratégia de pesquisa e definir um plano amostral para enquete em rede (*online survey*), com vistas a

¹Os dados completos estão disponíveis no Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC).

² Os dados sobre registro profissional de jornalistas durante meio século são, em si, um objeto relevante para esta etapa da pesquisa.

reproduzir o trabalho de campo realizado oito anos atrás. Há uma parcela de jornalistas que atua sem registro (25% na última pesquisa), e a listagem dos registrados não é atualizada com a baixa daqueles que desistiram da profissão, se aposentaram ou faleceram³. Neste caso, optamos pelo número oficial de Registros Profissionais (ver **Figura 1**), ou seja, arredondando para o número exato de 142 mil jornalistas.

Outra fonte preliminar de informação é o número de cursos de jornalismo ou de comunicação social com habilitação em jornalismo, em instituições de ensino superior no Brasil. Em dezembro de 2010, havia 316 cursos para a formação de jornalistas. Há indicações de fechamento de cursos, seja pelo excesso de oferta, pelo encolhimento do mercado tradicional de jornalismo ou ainda pelo movimento de capitais privados no setor de ensino (conglomerção, fusões, aquisições, entre outros). A variação do número de escolas de jornalismo é relevante porque, no seu conjunto, tais cursos continuam a formar a cada ano alguns milhares de jovens jornalistas, impactando o mercado em fenômeno fora do alcance da capacidade de observação dos sindicatos da categoria e do Estado brasileiro⁴.

Com efeito, permanece relevante o apontamento do projeto de pesquisa formulado há quase 10 anos: “Calcular com maior precisão o total de jornalistas brasileiros é fundamental para a realização de uma série de outras pesquisas destinadas a traçar um perfil desses profissionais. Os jornalistas são uma categoria profissional estratégica para o estudo dos impactos das transformações no modo de produção capitalista sobre o mercado de trabalho (na era da informação)”⁵.

A síntese dos dados obtidos na pesquisa realizada no final de 2012 nos permitia afirmar que os jornalistas brasileiros eram então majoritariamente mulheres (64%), brancas (72%), solteiras, com até 30 anos (59%). Em termos de formação, nove em cada dez eram

³A existência de uma listagem de registrados nos permitiria conduzir dois tipos de survey em paralelo: um com amostra representativa (dos registrados), outro com amostra aleatória produzida a posteriori, sobre base de dados obtidos em online survey, a partir da distribuição provável dos profissionais (técnica utilizada em MICK; LIMA, 203). Poderíamos desse modo comparar os resultados obtidos com duas técnicas diferentes de pesquisa (para saber se são complementares ou redundantes). Este seria o procedimento metodológico ideal, mas irrealizável nas condições de falta de recursos à pesquisa científica no país, no atual cenário. Além disso, em função de restrições fixadas pela Lei de Acesso à Informação, não é possível chegar aos dados individuais de registro profissional: o Ministério fornece apenas os números por ano, tipo de registro e estado da federação.

⁴Não há dados públicos sobre a redução do mercado de trabalho dos jornalistas, nem sobre a variação na oferta de força de trabalho (profissionais com formação superior) para um mercado aparentemente em franca redução.

⁵Projeto de pesquisa “Perfil do jornalista brasileiro” (2012), registrado no Sistema NOTES/UFSC, assinado pelos professores Jacques Mick (coordenador), Alexandre Bergamo e Samuel Pantoja Lima.

diplomados em Jornalismo (89%), majoritariamente em instituições de ensino privadas, e quatro em cada dez já tinham cursos de pós-graduação; do total, 98% dos profissionais que atuavam nos segmentos de mídia, fora da mídia e docência tinham formação superior. Do ponto de vista político, apenas 25% dos profissionais eram sindicalizados; quase metade dos jornalistas (49%) se considerava de esquerda, mas quase um terço (30%) refutava qualquer classificação ideológica e nove em cada dez jornalistas não eram filiados a partidos políticos. (MICK e LIMA, 2013).

O presente projeto de pesquisa tem a perspectiva de atualizar os dados da rodada anterior do estudo, que foram bastante utilizados por pesquisadores e pesquisadoras do campo de conhecimento do Jornalismo nestes últimos anos⁶. Além disso, o estudo pretende acrescentar dados sobre três temas de enorme importância para a categoria profissional: as dimensões da precarização do trabalho; as condições de saúde da categoria; os efeitos sobre os/as jornalistas das transformações estruturais do jornalismo. Esses três tópicos serão detalhados a seguir.

2. Precarização do Mercado Jornalístico

Nos últimos 20 anos, as condições de trabalho dos jornalistas brasileiros se reconfiguraram de maneira drástica. As rotinas profissionais se diversificaram e intensificaram. Ao mesmo tempo, o número de trabalhadores da mídia diminuiu significativamente e o mercado de trabalho jornalístico brasileiro passou a apresentar sinais de intensa precarização das condições de trabalho (HELOANI, 2003; BURKHARDT, 2006; SILVA, 2011; ESSENFELDER, 2012; GROHMANN, 2012; MICK; LIMA, 2013; MICK; 2013; FIGARO, NONATO, GROHMANN, 2013; REIMBERG, 2015; CARRO, 2016; ADGHIRNI, 2017; LELO, 2019). De acordo com o Volt Data Lab⁷, entre 2012 e agosto de 2018, ao menos 2.327 jornalistas brasileiros foram demitidos de empresas de mídia. Ao olhar apenas para o mercado formal, observa-se um cenário ainda mais reduzido. Entre 2013 e 2016, foram perdidos 6.749 postos de trabalho da família Profissionais do Jornalismo, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), retração de 14,06% dos empregados formais nos cargos de jornalista, editor, repórter (exclusive rádio e televisão), assessor de imprensa, diretor de redação, produtor de texto, revisor de texto, arquivista-pesquisador (NICOLETTI, 2019). Não estão

⁶ O livro com os resultados teve ao menos 137 citações até o início de 2020, de acordo com o Google Scholar.

⁷ Disponível em: <http://passaralhos.voltdata.info/>.

incluídos nesta família os repórteres de televisão, rádio e outros trabalhadores registrados em outros agrupamentos profissionais. Também não são considerados os empregos informais no setor. Apesar disso, é possível verificar uma profunda desestruturação do emprego formal dos jornalistas brasileiros.

O enxugamento de redações jornalísticas decorrente das reestruturações frente à informatização e digitalização das empresas de mídia já era registrado entre os anos 1970 e 1980, porém, a partir daí essas inovações deixaram de representar melhorias para a dinâmica de trabalho (MÜLLER, 2012). Em um survey com 355 jornalistas, Herscovitz e Cardoso (1998) já observavam acúmulo de funções entre os respondentes: a maioria fazia reportagens e praticamente todos atuavam com edição. Este tipo de achado é recorrente em estudos mais recentes.

Herscovitz realizou pesquisa similar com 509 jornalistas brasileiros, publicada 14 anos depois. Entre os objetivos estava verificar a adaptação à internet. “Profissionais de muitas organizações de notícias lamentam terem que compartilhar estações de computadores com colegas e reclamam sobre softwares desatualizados. [...] e a maioria sente que eles produzem mais informação com menos qualidade” (HERSCOVITZ, 2012, p. 379, tradução nossa). Em outra pesquisa, Figaro, Nonato e Grohmann pontuaram a diminuição no número de profissionais nas redações jornalísticas e crescente migração para as áreas fora da mídia, como assessoria de imprensa e comunicação institucional. Os autores também observaram um fenômeno relacionado à precarização laboral: a juvenilização das redações: “Afastam-se os quadros mais velhos e incentiva-se a entrada de jovens recém-saídos da universidade, pois, eles têm maior habilidade com a informática” (FIGARO; NONATO; GROHMANN, 2013, p. 32).

O Perfil dos Jornalistas Brasileiros também constatou forte presença de jornalistas em funções fora da mídia, como assessoria de imprensa, marketing e comunicação corporativa. Os dados evidenciaram a multifuncionalidade como uma característica dos jornalistas brasileiros: 76% dos entrevistados trabalhavam com internet, mas apenas 38,6% tinham como atividade-fim veículos online (MICK; LIMA, 2013 para todos os dados deste parágrafo). A categoria é formada por vínculos de trabalho formais e informais dentro e fora da mídia, muitas vezes trabalhando em dois ou mais empregos ao mesmo tempo. Segundo o estudo, 54,5% dos entrevistados trabalhavam na mídia; do total deste grupo, 26,8% atuavam com vínculos considerados precarizados em sua natureza: freelancers (11,9%), prestadores de serviço (8,1%) e pessoas jurídicas (6,8%). Em sua maioria (43,3%), eles trabalhavam entre 8 e 12 horas por

dia – somando com outros 40,3% que trabalhavam entre 5 a 8h diárias, chega-se a 83,36% de jornalistas laborando além da jornada legal de 5h/dia. O excesso na jornada de trabalho é, considerando a juvenilização da categoria profissional, uma espécie de “bomba de efeito retardado” do ponto de vista da saúde dos jornalistas.

Mais recentemente, Moreira verificou “forte deterioração das condições de trabalho na profissão” (MOREIRA, 2017, p. 3, tradução nossa). Segundo survey com 357 jornalistas brasileiros, 76,2% acreditam que o tempo médio de trabalho aumentou. “Para quase metade dos jornalistas (49,7%), a (não) disponibilidade de recursos para coleta de notícias, bem como supervisores editoriais e editores superiores (47,6%) também foram aspectos limitantes em seus trabalhos” (ibdem). Em estudo exploratório com 117 profissionais da mídia, Nicoletti (2019) observou que 51% dos participantes já haviam adoecido devido ao trabalho e 36,8% deles recebiam até três salários mínimos. Além disso, 59% não conseguiam arcar com as despesas básicas mensais e 41,1% faziam mais de seis conteúdos jornalísticos por dia. Para 77,8% era comum fazer hora-extra. Do total, 61,5% verificaram redução de equipe nos 12 meses anteriores e a intensidade do trabalho aumentou para 69,2% da amostra no mesmo período. No estudo, Nicoletti propôs um Índice de Condições de Trabalho, cujo resultado oscilou entre moderado (59%), ruim (21,4%) e péssimo (0,90%) - portanto, forte presença de precarização. Além disso, esta pesquisa constatou moderada correlação entre as condições de trabalho e o desempenho profissional, concluindo que a precariedade do trabalho pode afetar negativamente a qualidade do trabalho dos profissionais.

Outra característica da precarização crescente do mercado jornalístico brasileiro é a feminização. Elas são maioria nas redações, porém, ocupam menos cargos de gestão, saem mais cedo da profissão e ganham menos. Kikuti e Rocha avaliaram a trajetória de um grupo de mulheres participantes do Perfil dos Jornalistas Brasileiro. “Das 280 mulheres que estavam na mídia em 2012 [e responderam a outro survey cinco anos depois], 118 (42,1%) permaneceram na mídia em 2017. Das que saíram, oito foram para docência, 63 atuam fora da mídia, em outras atividades (assessoria ou outras ações que utilizam conhecimento jornalístico); e 91 saíram do jornalismo” (KIKUTI; ROCHA, 2018, p. 6).

Os estudos acima apresentam evidências da precarização estrutural do jornalismo brasileiro. Entre os indicadores apresentados com mais frequência, aparecem: aumento da intensidade do trabalho, multifuncionalidade, demissões, vínculos precários, longas jornadas de trabalho, assédio moral, baixos salários, instabilidade e insegurança na profissão,

multifuncionalidade, feminização e juvenilização, desestruturação das relações de trabalho e enfraquecimento da categoria de forma organizada (NICOLETTI, 2019). Nicoletti e Mick (2018) pontuam que os jornalistas brasileiros estão expostos a vulnerabilidades ligadas à precarização social do trabalho brasileiro (DRUCK, 2011), a qual afeta diferentes dimensões da vida em sociedade: cultural, econômica, educacional, política etc. Observa-se a precariedade tanto do ponto de vista salarial – remuneração, jornada, estrutura, tipo de vínculo e regulamentação (ALVES, 2013) –, quanto da insegurança à vida, a qual afeta a sociabilidade, a identidade, expõe a violência e assédio e gera adoecimento psíquico e físico (STANDING, 2014; SENNETT, 2015; LELO, 2019). Tais fragilidades podem se refletir na qualidade de vida (SELIGMANN-SILVA, 1994), em sofrimento ético (LELO, 2019), além de gerar alienação e estranhamento (ANTUNES, 2015), perda da subjetividade e resignação (DEJOURS, 2008; DUBET, 2014).

3. Indicadores de Saúde dos Jornalistas Brasileiros

Os dados obtidos na pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro permitiram que vários autores apontassem elementos para aferir ou inferir os impactos que as condições de trabalho teriam sobre a saúde das jornalistas. Para Lima (2015), por exemplo, cinco indicadores estão associados à precarização que causa adoecimentos: jornada de trabalho excessiva, intensificação do trabalho, vínculo precário, salários baixos e multifuncionalidade.

Em 2017, cinco anos após a realização do estudo de Mick e Lima (2013), os 4.216 respondentes que haviam registrado seus e-mails foram convidados a responder a outra pesquisa, com vistas a analisar as trajetórias profissionais desses sujeitos (PONTES; MICK, 2018). Do universo, 1.233 jornalistas responderam ao estudo de trajetórias profissionais. A pesquisa não configura um estudo de base amostral estatístico e, portanto, não oferece resultados que possam ser generalizadas para categoria. O objetivo foi analisar trajetórias, na perspectiva de levantar dados quantitativos que permitissem comparar o deslocamento dos indivíduos diante das transformações e continuidades do ambiente de trabalho para jornalistas no Brasil. Um exemplo: em 2012, dentre os 1.233 jornalistas respondentes, 42% estavam trabalhando na mídia, 31% em assessorias, 5% como docentes e 22% fora da categoria (aposentados, desempregados, apenas estudantes ou trabalhando em outras atividades). Cinco anos depois, 28% dos mesmos jornalistas ainda trabalhavam na mídia, 28% em assessoria, 6% como professores e 38% estavam fora da categoria.

Dentre as perguntas sociodemográficas, políticas e sobre as condições de trabalho, os jornalistas foram questionados se se sentiam estressados em decorrência do trabalho, se já haviam recebido diagnóstico médico de estresse, se apresentavam diagnóstico de transtornos mentais, de LER/DORT ou se faziam usos de antidepressivos. Tais questões, ainda que não esgotem as condições de saúde da categoria, oferecem elementos novos, que qualificaram as asserções de Lima (2015) e se somam a outras pesquisas dessa natureza realizadas no Brasil (HELOANI, 2004; BULHÕES; RENAULT, 2016; LELO, 2019).

As informações aqui apresentadas são uma síntese dos indicadores de saúde laboral dos respondentes (**Tabela 1**). Dentre 1.233 jornalistas, de 1.090 a 1.098 responderam as questões e, de forma geral: a) 57,2% se sentem estressados; b) 36,7% foram diagnosticados com estresse; c) 24,3% foram diagnosticados com LER/DORT; d) 15,8% declaram ter transtorno mental relacionado ao trabalho e; e) 26% receberam indicação para tomar antidepressivos.

Tabela 1- Jornalistas por Indicadores de Saúde no Trabalho, por sexo (2017)

Questão	Mulheres		Homens
	Sim	Não	Sim
Você se sente estressado no trabalho?	36,7%	23,9%	20,5%
Você já foi diagnosticado com estresse?	24,2%	36,5%	12,5%
Você já foi diagnosticado com algum sintoma de LER/DORT?	17,7%	43%	6,6%
Você já foi diagnosticado com algum transtorno mental relacionado ao trabalho?	11%	49,5 %	4,8 %
Você já recebeu indicação para tomar antidepressivos?	18,2%	42,6%	7,8 %

Fonte: Base de Dados da Pesquisa “Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (2017)”.
Organização: Samuel Lima e Felipe Pontes.

Os dados evidenciam que as jornalistas sofrem mais com as doenças aqui estudadas que os homens. Como verificado por Pontes (2017), as condições de trabalho das mulheres no jornalismo brasileiro, principalmente na mídia, são mais precárias. Elas trabalham o mesmo que os homens, ganham menos, têm menos acesso a benefícios e estavam em 2012, de modo geral, mais insatisfeitas que eles. Ao propor a inclusão, no questionário do presente estudo, de um bloco de questões específicas sobre os indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros, pretendemos registrar dados que possam subsidiar estudos futuros, também verticais e com

cruzamento de dados quanti e qualitativos, capazes de demonstrar com mais precisão científica o estado geral da saúde laboral dos jornalistas brasileiros.

4. Crise do jornalismo: erosão da credibilidade e do modelo de negócios

Nestes quase 10 anos desde a publicação da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, só se intensificou a crise por que passa a indústria da informação jornalística – no Brasil e no Ocidente.

Entre 2006 e 2017, o faturamento dos jornais norte-americanos com publicidade caiu de US\$ 49 bilhões para US\$ 16 bilhões. Com a criação das gigantes digitais (Google, YouTube, Facebook, Apple, Twitter etc.), mais de dois mil diários foram fechados nos EUA, nos últimos 15 anos, segundo Penny Abernathy, ex-executiva do New York Times e do Wall Street Journal (ALVES, 2019)⁸. “O número de empregados em redações de jornais caiu de 74 mil em 2006 para 39 mil em 2017. Mas nota-se que, nas duas principais cadeias pertencentes a *hedge funds*, a GateHouse e a Digital First, o ritmo das demissões em massa é bem maior” (Fonte cit.). A dimensão da crise da indústria jornalística estadunidense – principal mercado do mundo –, coloca em xeque a noção de que a solução para as dificuldades se resumiria a encontrar uma fórmula para resolver o modelo de negócios, centrado na captação de publicidade, complementado com assinaturas e vendas avulsa. Na segunda década dos anos 2000, a resposta que a indústria *mainstream* buscou dar à crise foi um misto de iniquidade com incompetência: o foco foi na redução do número de profissionais atuando no mercado e, para suprir a carência cada vez mais acentuada de força de trabalho qualificada (e em número compatível) nas redações, os empresários acenaram com a bandeira da multifunção – sem multissalário, evidentemente:

No jornalismo, como em outros universos, a crise é complexa, multifacetada e dinâmica. Nas últimas décadas, ela tem se materializado na queda das tiragens dos jornais, extinção de revistas, diminuição das audiências na televisão, demissão de profissionais e o conseqüente enxugamento das redações. Observamos também o desaparecimento de veículos e a falência de empresas, o abandono de algumas práticas e o desvio de funções antes consideradas constitutivas do gesto de informar. Mas a crise do jornalismo não se restringe à míngua de dinheiro (CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 16-17).

⁸ Rosental Calmon Alves é jornalista e professor titular de jornalismo na Universidade do Texas, em Austin (EUA), na qual ocupa a Cátedra Knight em Jornalismo e dirige o Centro Knight para o Jornalismo nas Américas. No 14º Congresso da Abraji, realizado em junho de 2019, proferiu a conferência “Lições da crise americana: jornais minguam ou desaparecem, mas novos modelos tentam salvar o jornalismo”. Disponível em: <https://bit.ly/39tFAYV>, acessado em março de 2020.

Ou seja: a crise da indústria jornalística não é um problema apenas do modelo de negócios. Na sustentabilidade financeira do jornalismo, em meio à grande oferta de informações em redes sociais, grupos de WhatsApp, Telegram, blogs, sites e outros canais, aliada à economia da gratuidade em outros setores da vida social (motivada sobretudo a partir da internet), tudo isso dificulta a cobrança por notícias. Apesar disso, a necessidade social da informação, fundamento histórico que sustenta categorias como ‘interesse público’ e a existência do jornalismo enquanto forma social de conhecimento, ainda se mantém como um dado atual.

As transformações estruturais no jornalismo transcendem as dificuldades econômico-financeiras da atividade. A “crise” ou (in) sustentabilidade do jornalismo atual é o aspecto mais visível de uma cadeia de relações sociais afetadas por fenômenos tecnológicos, estéticos, econômicos e políticos. É o conjunto dessas relações entre o jornalismo e seus públicos que está em questão, e poucos estudos sobre o tema se dispõem a enfrentá-lo de maneira multidimensional, considerando os variados aspectos das conexões entre quem trabalha no ofício – jornalistas, proprietários, outros profissionais de comunicação – e quem dele faz uso – audiências, fontes, investidores, stakeholders, anunciantes (MICK; TAVARES, 2018).

Em estudo coordenado por Figaro (2018), os pesquisadores investigaram as condições trabalho dos jornalistas em novos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia, notadamente na plataforma online (organizações nativas digitais). A presença do chamado “jornalismo independente”, na internet, configura um elemento novo e diverso em relação ao cenário do final de 2012, quando foi realizado o estudo de Mick e Lima (2013):

As condições de trabalho nos novos arranjos fazem emergir a discussão sobre que tipo de jornalismo se produz, os valores do jornalismo são outros ou se reafirmam os valores deontológicos da profissão? O jornalismo que se produz é independente e/ou alternativo aos conglomerados de mídia? Esses embates tendem a reafirmar os valores do jornalismo como discurso social e de interesse público para uns: independente dos interesses econômicos e políticos; para outros: alternativos aos discursos hegemônicos do poder e dos conglomerados de meios (FIGARO, 2018, p. 127).

O cenário brasileiro da “crise do jornalismo” deve impactar os dados a serem coletados e analisados no estudo que ora propomos tanto em dimensões já mencionadas (como a redução no número de empregos, a intensificação da exploração do trabalho via multifuncionalidade e a deterioração das condições de saúde), quanto em aspectos ainda

pouco explorados na bibliografia, como os deslocamentos de jornalistas de organizações *mainstream*, comerciais, para veículos independentes, suscitando colaborações às vezes voluntárias – ou seja, gerando um movimento de desprofissionalização.

5. Pergunta de Pesquisa

Quantos e quem são os jornalistas brasileiros, no começo desta terceira década do século 21?

6. Objetivos

6.1 Objetivo Geral

Investigar e mensurar quantos e quem são os jornalistas brasileiros, no começo desta terceira década do século 21.

6.2 Objetivos Específicos

- a) Estimar a divisão da categoria por gênero, cor-raça, escolaridade, salários, função e outros estratos sociodemográficos observáveis;
- b) Analisar as correlações entre os indicadores políticos (autoidentificação ideológica, taxa de sindicalização) e vetores como formação superior e registro profissional;
- c) Aprofundar a interpretação sobre os principais indicadores de precarização do trabalho jornalístico (jornada excessiva, baixos salários, intensidade e vínculo trabalhista);
- d) Examinar o impacto da precarização da profissão sobre os indicadores de saúde dos trabalhadores;
- e) Observar a distribuição geográfica da categoria profissional e os condicionantes regionais para atuação de jornalistas;
- f) Refletir sobre os efeitos da “crise do jornalismo” sobre a configuração profissional da categoria.

7. Metodologia

A pesquisa de perfil dos jornalistas brasileiros é uma enquete em rede (*online survey*), de participação espontânea, feita pela internet, planejada, em princípio para os meses de outubro e novembro de 2020. Basicamente, pretende-se repetir a experiência realizada no estudo de Mick e Lima (2013), detalhadamente descrito por Mick (2012). O questionário para traçar o perfil da categoria será concebido colaborativamente pela equipe de pesquisa. As perguntas serão agrupadas em blocos temáticos, a saber: a) características demográficas; b) características políticas; c) características gerais do trabalho; d) características específicas do trabalho dos jornalistas em cada um dos três segmentos principais da categoria: os trabalhadores em mídia, os trabalhadores fora da mídia e os docentes; e) indicadores de saúde laboral; f) indicadores de precarização do trabalho. Faremos um pré-teste do questionário, com cerca de 40 jornalistas e pesquisadores/as das diversas instituições e veículos de informação para checar eventuais incongruências, especialmente nas questões novas (indicadores de saúde e precarização da profissão).

7.1 Procedimentos Metodológicos

Resgatando as experiências de pesquisas de perfil, realizadas no âmbito do Lastro/UFSC, utilizaremos o software *SurveyMonkey* para realizar o trabalho de coleta de dados (campo), a partir dos seguintes procedimentos:

- a) Enquete em rede (*online survey*) para obtenção do maior volume possível de respostas de jornalistas em todas as unidades da federação, de participação espontânea;
- b) Estímulo à participação dos profissionais por meio de e-mails, redes sociais, notícias em canais especializados, página da pesquisa na internet (perfildojornalista.ufsc.br);
- c) Coleta de dados online, com coletores próprios para cada rede social e na página da pesquisa;
- d) Saneamento da base de dados;
- e) Retenção das respostas necessárias à composição de plano amostral (a partir da distribuição provável dos jornalistas no território nacional); em 2012, o total de respostas necessárias para a amostragem foi de 2.361 jornalistas, o que assegurou margem de erro igual a 2%, em intervalo de confiança de 95%.

Tais procedimentos e estimativas levam em conta o universo de 142.424 jornalistas com registro profissional, número resultante da pesquisa exploratória feita a partir dos dados fornecidos pela Coordenação de Identificação e Registro Profissional (CIRP/CGCIPE), órgão hoje vinculado ao ministério da Economia. O plano amostral será ajustado, considerando a distribuição provável de jornalistas em cada unidade da Federação. Para tanto, será adotado como parâmetro o total de registros profissionais de jornalistas emitidos pelo CIRP entre 2000 a 2019, por região – segregando-se do Sudeste o estado de São Paulo, em função da já conhecida elevada concentração de profissionais atuando no mercado. A equipe da pesquisa também fará a checagem da distribuição regional dos cursos de jornalismo, a partir dos dados trabalhados por Mick e Lima (2013) (Quadro 1). Este levantamento permitiu observar a quintuplicação da oferta de cursos superiores de jornalismo, entre 1990 a 2010 – num intervalo de 20 anos. A questão agora será aferir qual a curva entre os anos 2000 e 2019, para avaliar se as transformações profundas da natureza e do trabalho jornalístico, verificadas em escala mundial, também afetaram a oferta de formação superior na área.

Quadro 1 – Cursos de jornalismo com turmas abertas em 2010 no Brasil, por década de início do curso

	Antes de 1970	Até 1980	Até 1990	Até 2000	Até 2010
Total de Cursos	18	51	61	137	317

Fontes: eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior. Elaboração: Pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro – Etapa 1"

8. Orçamento

A pesquisa contará com a colaboração de pesquisadores de vários estados brasileiros reunidos na Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade Profissional dos Jornalistas (Retij), no âmbito da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Constituída em 2013, a rede agrupa cerca de 40 investigadores de todas as regiões do país, vinculados especialmente às seguintes instituições: Unisinos (RS), UFSC, UEPG (PR), USP (SP), UFF (RJ), UnB (DF), UFC (CE), UFRN (RN).

Desse modo, as universidades federais envolvidas arcarão com a maior parte dos custos da pesquisa, notadamente a remuneração das horas de dedicação à pesquisa dos professores envolvidos, a cobertura dos custos de infraestrutura e comunicação e as despesas de custeio. Contudo, alguns custos precisarão de financiamento externo, especialmente as bolsas para engajamento de estudantes de graduação, despesas com criação de identidade visual e aplicações nas ações de comunicação da pesquisa e investimentos em anúncios em redes sociais para alavancar a obtenção de respostas em territórios em que as taxas de resposta forem baixas. As despesas e as fontes de recursos são detalhadas no **Quadro 2**.

Os pesquisadores e pesquisadoras da RETIJ assumem a tarefa de produzir os papers relativos aos aspectos centrais da investigação, preparando os originais de um livro inédito sobre o tema, a ser lançado após a divulgação do Relatório Final do estudo.

Quadro 2 – Estimativa orçamentária e fontes de recursos

Item	Especificações	Quant.	Custo unit.	Custo total
Bolsistas	Estudantes de graduação envolvidos em trabalho de campo	5 por 4 meses	550,00/mês	11.000
Professores	Tempo de trabalho dos professores envolvidos	1 por 10h semanais por 12 meses	3.000,00/mês	36.000
Comunicação	Desenvolvimento de identidade visual e aplicações em página de internet e redes sociais	1 IV e 5 aplicações	5.000	5.000
	Anúncios em Facebook e Instagram, segmentados por estado	27 anúncios em duas redes	200,00 por rede por	5.400
Custeio	Cópias, impressões, manutenção de computadores e impressoras, equipamentos etc.	Variável	Variável	4.000
Edição Relatório	Profissional de design gráfico e editoração digital.	1	4.000	4.000
Total (R\$)				65.400
Despesas custeadas pela UFSC (R\$)				40.000
Saldo de despesas com financiamento externo (R\$)				25.400

9. Cronograma

Propomos dividir o trabalho da pesquisa em duas partes, considerando que a primeira irá do treinamento e capacitação da equipe até a realização da coleta de dados (campo); no segundo momento, será realizado o trabalho de análise dos dados, preparação do Sumário Executivo para lançamento em eventos a serem combinados com as entidades parceiras e, finalmente, a preparação de papers e de livro com os resultados do estudo, consolidado.

Cronograma de Trabalho – Parte I (2020/2 e 2021/1)

Atividades	Nov	Dez	Fev	Mar	Abr	Mai
Reunião para formação da equipe						
Articulação de entidades parceiras e atualização bases dados						
Capacitação de equipe						
Elaboração do Questionário e Pré-Teste						
Ajustes finais do Questionário						
Coleta de dados						

Cronograma de Trabalho – Parte II (2021/2 e 2022/1)

Atividades	Jun	Jul	Ago/Set	Out/Nov	Dez	Mar/22
Saneamento da base de dados						
Análise dos dados						
Elaboração do Sumário Executivo						
Apresentação do Sumário Executivo e preparação do Relatório Final da pesquisa						
Elaboração dos artigos/livro com os resultados do estudo						
Lançamento do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (em formato livro e e-book)						

Referências

- ADGHIRNI, Z. L. **O jornalista: do mito ao mercado**. Florianópolis: Insular, 2017.
- ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6 Editora, 2013.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BULHÕES, J.; RENAULT, D. A precarização da prática jornalística: uma revisão bibliográfica sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e qualidade de vida do jornalista. **Parágrafo**, São Paulo, v.4, n.2, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/414>>. Acesso em 24 jul. 2018.
- BURKHARDT, F. **Jornalistas free-lancers**: trabalho precário na grande imprensa da Região Metropolitana de Porto Alegre. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/8642>
- CAGÉ, J. **Salvar os media**: capitalismo, financiamento participativo e democracia. Lisboa, Portugal: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016.
- CARRO, R. **Brazilian Newspapers**: the risk of becoming irrelevant. Reuters Institute for the Study of Journalism: University of Oxford, 2016.
- CHARRON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.
- CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.
- DEJOURS, C. Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem. In.: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 245-290.
- DRUCK, G. **Trabalho, precarização e resistências**: novos e velhos desafios? Caderno CRH. Salvador, v. 24, n. 01, p. 37-57, 2011.
- DUBET, F. **Injustiças**: a experiência das desigualdades no trabalho. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
- ESSENFELDER, R. **O editor e seus labirintos**: reflexos da crise de paradigmas do jornal impresso. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2012.
- FIDALGO, J. Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. **Comunicação e Sociedade**. Vol. 5. Aveiro, 2004, p. 63-74.
- _____. **Os jornalistas em construção**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2008.
- FIGARO, R. (coord.). **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho CNPq/ECA-USP. São Paulo: Fapesp, 2010. (Relatório de pesquisa). Disponível em <https://bit.ly/2vL8aGj>. Acesso em: 01/04/2011.
- FIGARO, R.; NONATO, C.; GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. São Paulo: SALTA/ATLAS, 2013.
- FIGARO, R. (Org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA USP, 2018. E-book: <https://bit.ly/38tAJ8H>, acessado em janeiro de 2020.
- Fonseca, V. P. S. Questões sobre a identidade do jornalista contemporâneo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: Edufsc; Insular, Ano V, n. 2, pp. 129-140, jul-dez 2008a.
- FONSECA, V. P. S. **Indústria de notícias**. Capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b.
- HERSCOVITZ, H. **Jornalistas brasileiros no século XXI, visões sobre a profissão**. Fenaj, disponível em http://www.fenaj.org.br/arquivos/resultados_enquete_com_jornalistas_brasileiros.doc . Acesso em 05/02/2011.
- _____. Jornalistas de São Paulo: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Vol. XXIII, n. 2, jul/dez. 2000.
- HELOANI, J. R. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista**. Relatório de pesquisa nº 12/2003. EAESP/FGV/NPP: São Paulo, 2003.

KIKUTI, A.; ROCHA, P. M. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. In: **Anais 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi: São Paulo, 2018.

LELO, T. V. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. 2019. Tese (doutorado) apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2019.

LIMA, S. P. **A precarização do trabalho e a saúde dos jornalistas brasileiros**. In Anais do III 3º Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo (MEJOR). Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2uZikQd>, acessado em 26 de julho de 2018.

MICK, J. **A conformação dos críticos**. A concentração de propriedade na mídia e o trabalho dos jornalistas de A Notícia sob o comando da RBS (2006-2008). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011 (Relatório de pesquisa).

_____. **A precarização do trabalho dos jornalistas no Brasil**. Artigo apresentado ao 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, em 2013, em Brasília (DF). Versão revista e ampliada foi apresentada em seminário de pesquisa em Sciences Po Grenoble, em 2014.

_____. **Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”**. Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em:

https://perfildojornalista.ufsc.br/files/2012/04/PerfilJornal_Metodologia.pdf.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MOREIRA, S. V. Country Report: Journalists in Brazil. In.: HANITZSCH, T.; HANUSCH, F. et al. **The Worlds of Journalism Study**, p. 1 - 4, 2017. Disponível em: www.worldsofjournalism.org

MÜLLER, C. A. A crise estrutural dos jornais e o surgimento das mídias digitais. Impactos sobre a produção jornalística. In.: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal. **Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias**. Insular: Florianópolis, 2012. pp.145-165.

NEVEU, É. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

NICOLETTI, J. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2019.

NICOLETTI, J.; MICK, J. Influências da precarização na qualidade jornalística: construção de uma matriz de indicadores. **Revista Passagens**: revista do Programa de pós-graduação em comunicação Ufc, v. 9, p. 127-141, 2018.

PEREIRA, F. H. **A elite dos jornalistas brasileiros: representatividade e legitimidade dentro do grupo profissional**. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt> > Acesso em: 01/04/2011.

PONTES, F. S.; MICK, J. Crise e Mercado de Trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017). **XVI Encontro Nacional da Compós, Anais**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_72JHNDAEFV9AD5MYXI08_27_6951_26_02_2018_14_58_21.pdf> Acesso em 08 jul. 2018.

PONTES, F. S.; LIMA, S. P. Impactos no mercado jornalístico na vida de seus trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. **Revista Famecos**. Porto Alegre, Vol. 6, N.2, Mai-Ago, 2019. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/31729>, acessado em fevereiro de 2020.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

ROHMANN, R. N. **Os Discursos dos Jornalistas Freelancers sobre o trabalho: comunicação, mediações e recepção**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-18082012-160234/pt-br.php>.

REIMBERG, C. O. **A organização do trabalho no rádio: reflexos para as práticas profissionais e para a saúde dos jornalistas**. Revista Alterjor, ano3, v.1, p. 1-18, jan-jun, 2012.

RÜDIGER, F. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

SILVA, C. R. **Operário multimídia: mudanças do mundo do trabalho nos jornais diários brasileiros**. Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96080>.

- SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: UFRJ; Cortez, 1994.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- STANDING, G. **O precariado**. A nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- THIBES, A.; NICOLETTI, J. Apontamentos sobre precarização e qualidade no jornalismo em um contexto de transformação do mundo do trabalho. In: **Anais 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. ECA/USP: São Paulo, 2017.
- TRAVANCAS, I. S. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.